



ACÓRDÃO Nº 736/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11225/2014.

Apensos: Processo nº 10328/2013 e 11848/2014.

2- Assunto: Embargos de Declaração

3- Embargante: ABRAHAM LINCOLN DIB BASTOS

4- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975 e Marcos Eduardo Abreu Costa - 6698

5- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

6- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento Parcial. Notificação.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com o Parecer Oral do Ministério Público de Contas, no sentido de:

7.1. Conhecer os presentes Embargos de Declaração do Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, nos moldes do artigo 149, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM.

7.2. Dar Provimento Parcial ao recurso do Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos para que se efetue as seguintes alterações do Relatório/Voto condutor do Acórdão nº 24/2017 TCE TRIBUNAL PLENO:

7.2.1. Retificar o item **9.9**, onde se lê “nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal” deve-se ler “nos termos do artigo 304, I, do Regimento Interno deste Tribunal”;

7.2.2. Retificar o item **9.10**, onde se lê “nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal” deve-se ler “nos termos do artigo 304, VI, do Regimento Interno deste Tribunal”;

7.2.3. Retificar o item **9.12**, onde se lê “nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal” deve-se ler “nos termos do artigo 304, II, ambos do Regimento Interno deste Tribunal”;

7.2.4. Retificar o item **9.14**, onde se lê “nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal” deve-se ler “nos



ACÓRDÃO Nº 736/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

termos do artigo 304, VI, do Regimento Interno deste Tribunal”;

7.2.5. Retificar o item **9.16**, onde se lê “nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal” deve-se ler “nos termos do artigo 304, VI, do Regimento Interno deste Tribunal”;

7.2.6. Retificar o item **9.18**, onde se lê “nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal” deve-se ler “nos termos do artigo 304, VI, do Regimento Interno deste Tribunal”;

7.3. Notificar o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, por meio de seus representantes legais, para que tome ciência do Decisório, com cópia do presente Relatório/Voto e respectivo Acórdão.

8- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 11 de Julho de 2017

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

11- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral